

Terceira parte
Estudos de países





Angola

O crescimento irregular do produto interno bruto (PIB) de Angola de 2008 a 2010 mostra que, apesar do crescimento promovido pelas actividades não-petrolíferas, a economia angolana depende decisivamente dos mercados mundiais do petróleo.

Aprovada pela Assembleia Nacional em Janeiro de 2010, a nova Constituição pôs fim à eleição presidencial por sufrágio universal directo e concentra ainda mais poder nas mãos da Presidência da República.

A grande reforma fiscal, prevista para 2010, é esperada há muito: anterior à guerra civil, o actual sistema tem mais de 30 anos.

Angola foi profundamente atingida pelo colapso dos preços do petróleo em 2009. O seu crescimento económico estagnou quando, antes da crise global, registava um dos crescimentos mais rápidos do mundo. O país registou um crescimento negativo do PIB de -0.6% em 2009. No entanto, uma substancial recuperação deve ocorrer em 2010, para 7.4%, em virtude do aumento esperado dos preços dos hidrocarbonetos. Em 2009, a inflação manteve-se elevada, em 14%, podendo até subir para 15%, em 2010.

A economia angolana é altamente dependente das receitas petrolíferas, e assim permanecerá. No entanto, pelo terceiro ano consecutivo, os outros sectores, que deveriam crescer 10% em 2010, registaram um aumento mais vigoroso que o registado pelo sector do petróleo. Esta é uma tendência encorajadora, tendo em conta as duas prioridades de Angola: o emprego (especialmente dos jovens) e a diversificação económica. O crescimento das actividades não-petrolíferas é apoiado pelos esforços com vista à melhoria das infra-estruturas e pelo relançamento da actividade económica em todo o país. Luanda continua a ser o centro económico e político, com 70-75% da actividade e do consumo.

A queda acentuada dos preços do petróleo, que começou no final de 2008, causou uma degradação considerável da situação macroeconómica, no primeiro semestre de 2009. Confrontado com o colapso das receitas públicas e um saldo negativo das contas externas, o governo tem vindo a implementar medidas de austeridade de grande escala, para reduzir despesas e controlar o défice orçamental.

Além disso, a política monetária adoptada em resposta à crise, e a persistência em utilizar reservas em moeda estrangeira com vista à estabilização da moeda nacional, o kwanza (AON) em relação ao dólar (USD) provocou uma crise de liquidez sem precedentes no país. A recuperação dos preços do petróleo desde meados de 2009 sugere uma normalização gradual em 2010. No entanto, uma prudente política monetária e fiscal deve ser mantida. A diversificação das fontes de receita continua a ser a base da estabilidade macroeconómica.

No final de 2009, devido à crise, o governo solicitou a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI). O FMI injectou 1.4 mil milhões de USD, através do *stand-by arrangement* (SBA), destinados a apoiar a balança de pagamentos de Angola. Mais tarde, o FMI concordou em apoiar o país com mais mil milhões de USD.

O Banco Mundial, Brasil e Portugal têm assumido todos os compromissos assumidos, mas Angola tem dificuldades na emissão de 9 mil milhões de dívida soberana nos mercados internacionais. Para aumentar a confiança dos mercados financeiros, Angola poderia pedir a classificação do seu risco de crédito por agências mundiais de rating.

Espera-se que a crise das receitas verificada em 2009 permita concentrar a atenção sobre a gestão dos recursos do país. A reconstrução das infra-estruturas avança a um ritmo impressionante desde o fim da guerra civil em 2002, depois de várias décadas de guerra. No entanto, numerosos projectos são de má qualidade, pois a corrupção e ineficiência na contratação sugam a esmagadora maioria dos recursos. Angola tem de gerir melhor os recursos públicos, se quiser evitar que a crise de liquidez verificada no início de 2009 não se repita.

A revisão da Constituição angolana foi votada e aprovada pela Assembleia Nacional em Janeiro de 2010. A revisão suprime a eleição presidencial (o presidente do país passará a ser designado pelo partido ou coligação que vencer as eleições legislativas) e substitui a figura do primeiro-ministro pela de um vice-presidente, que reportará directamente ao presidente. Esta revisão concentra ainda mais o poder nas mãos do presidente. Havendo hoje a possibilidade de exercer dois mandatos de cinco anos cada, o actual presidente poderá governar o país por mais uma década, caso se decida a concorrer ao lugar.

Em 2009, um novo Ministério da Economia, liderado pelo respeitado Manuel Nunes Júnior, foi criado para gerir o planeamento da economia angolana. O tão esperado *fundo soberano do país* (Fundo Soberano Angolano) foi igualmente criado no final de 2009 e colocado sob a responsabilidade deste ministério.



O Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, anunciou uma campanha nacional contra a corrupção, e alguns altos funcionários foram indiciados, mas não está claro se medidas reais serão tomadas com o objectivo de reduzir a corrupção e a opacidade. A economia angolana continua em grande parte nas mãos de uma pequena elite política que dispõe de uma excelente rede. Reforçar as instituições e melhorar a transparência exige esforços enormes.

Os preparativos para o Campeonato Africano das Nações (CAN), em Janeiro de 2010, mobilizaram o investimento e poderão ter afectado as finanças do país num contexto já de si difícil. No entanto, o CAN é o primeiro evento internacional organizado por Angola. É, portanto, considerada uma importante oportunidade de visibilidade de Angola em África e no cenário mundial. O CAN foi, infelizmente, marcado pelo trágico atentado contra a selecção de Togo, na província de Cabinda, o que mete em evidência os problemas de insegurança na região.

Angola deve, antes de mais, procurar gerir de forma mais eficiente as suas riquezas nacionais não-renováveis e criar empregos. Para melhorar essa gestão, que irá consolidar as suas instituições e reduzir a força do “poder” sobre a vida política e económica do país. A sua economia permanece em grande parte impulsionada pelo investimento público, que sofre de nepotismo e de corrupção. A médio prazo, deverá apoiar-se menos no investimento público e mais no sector privado.

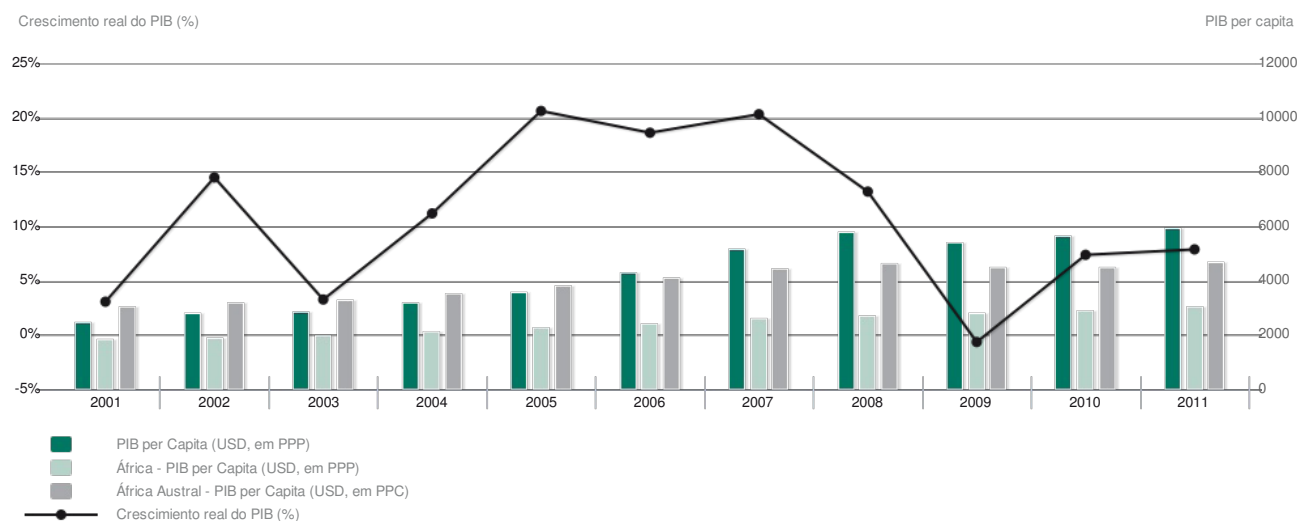
Tabela 1: Indicadores macroeconómicos

	2008	2009	2010	2011
Crescimento real do PIB	13.2	-0.6	7.4	7.9
Inflação medida pelo IPC	13.2	14.0	15.0	9.9
Saldo Orçamental % PIB	8.8	-7.7	-3.9	-1.7
Balança Corrente % PIB	7.5	-3.8	2.6	3.0

Fonte: Dados das autoridades nacionais, estimativas (e) e as projecções (p) com base em cálculos dos autores. Dados para 2009 são estimativas; para 2010 e 2011 são projecções

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/855655888061>

Figura 1: Crescimento do PIB Real e do PIB Per Capita (USD/PPA a preços atuais)



Fonte: Dados das autoridades nacionais, estimativas (e) e as projecções (p) com base em cálculos dos autores. Dados para 2009 são estimativas; para 2010 e 2011 são projecções

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/850522376226>



Cabo Verde

Em 2009, Cabo Verde ressentiu-se da desaceleração registada no turismo, na construção e no investimento directo estrangeiro, como resultado da crise financeira global, mas o crescimento económico foi entretanto retomado, em resultado das medidas orçamentais promovidas pelo governo e da retoma do turismo.

Em 2008, Cabo Verde saiu do grupo dos países menos avançados (PMA) para integrar o grupo dos países de rendimento médio (PRM). O país continua, no entanto, muito dependente da ajuda estrangeira e dos empréstimos em condições preferenciais para o lançamento das reformas estruturais e para a realização dos investimentos necessários à viabilização da sua economia.

Graças à introdução do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), em 2004, as receitas provenientes dos impostos indirectos representaram quase metade do total das receitas fiscais totais. Entretanto, os impostos sobre as importações, que correspondem a um quinto do total, deverão ser reduzidos a zero até 2018.

A economia de Cabo Verde foi duramente atingida pela crise financeira global. O ritmo de crescimento do produto interno bruto (PIB) caiu para 3.9%, em 2009, contra 5.9%, em 2008. O crescimento abrandou com o declínio do turismo, da construção e do investimento directo estrangeiro (IDE), mas, no final de 2009, o turismo e a construção começaram a crescer e os fluxos de IDE estabilizaram. As remessas de trabalhadores emigrantes permaneceram praticamente constantes, subindo mesmo 1.7%, em 2009.

Para combater os efeitos da crise, o governo reforçou o seu programa de investimento público (PIP) em 45.5%. O investimento público e privado deve aumentar em 2010-11, e o crescimento do PIB retomará o ritmo de 2008. A inflação recuou consideravelmente em 2009, caindo para 2.2%, contra 6.8%, em 2008, mas deverá crescer ligeiramente em 2010-11, como resultado do aumento dos preços internacionais e das importações, com a retoma do turismo.

O défice orçamental global sofreu um aumento acentuado, de 1.1% do PIB, em 2008, para 6%, em 2009, e deverá continuar a ser substancial em 2010, sem se afastar do objectivo fixado pelo Instrumento de Apoio à Política Económica (Policy Support Instrument - PSI), assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). As reservas externas permanecem acima da meta do PSI, já que o défice é totalmente financiado por empréstimos externos, principalmente em condições preferenciais. Cabo Verde também beneficiou da atribuição de direitos de saque especiais (DSE). O apoio orçamental por parte dos doadores permanece elevado, em 8.5% do orçamento em 2009.

Em 2008, Cabo Verde foi reclassificado da categoria de países menos avançados (PMA) para a categoria de países de rendimento médio (PRM), segundo a classificação das Nações Unidas. O Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) aceitou esta decisão em 2009, porque utiliza a mesma classificação. Esta mudança de estatuto obriga Cabo Verde a transformar as suas relações doador-beneficiário no quadro da cooperação económica e diversificar as suas parcerias, especialmente com outros países em desenvolvimento. As perspectivas de financiamento de curto prazo são positivas. Em Dezembro de 2009, o FMI concluiu a sétima revisão do PSI e aprovou as políticas públicas do país: é um sinal importante para os doadores, os bancos de desenvolvimento e os mercados. Em 2009, Cabo Verde chegou a acordos sobre diversos empréstimos em condições preferenciais, aos quais não poderá mais aceder depois de 2013.

A reclassificação de Cabo Verde é acompanhada de problemas a ultrapassar pelo país, que é fortemente dependente da ajuda externa e de empréstimos em condições preferenciais. O país terá que implementar profundas reformas estruturais e de fazer grandes investimentos para tornar a sua economia sustentável. Cabo Verde tem como objectivo tornar-se uma plataforma internacional em diferentes domínios, nomeadamente, serviços de transporte, devido à sua localização estratégica entre a América do Norte, Europa e África e as suas ligações aéreas entre o Senegal e a Guiné-Bissau; offshore de serviços financeiros e de tecnologias de informação e comunicação (TIC); serviços ligados ao mar, através de seus portos e fábricas de processamento de pescado; cultura, com sua música, festivais de teatro, danças tradicionais e património histórico da Cidade Velha, que foi declarada património mundial pela UNESCO, em Junho de 2009. O governo lançou um vasto programa de investimentos públicos de médio-prazo que, no segundo Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza 2008-2011 (PRSP-II), prevê aumentar o orçamento Cabo Verde de 16 mil milhões de escudos (ECV) em 2008, para 24 mil milhões em 2009, e 31 mil milhões em 2010.

As autoridades cabo-verdianas incentivam o sector privado, facilitando o processo de criação de empresas e os procedimentos de liquidação dos impostos e taxas. As autoridades reduziram a tributação directa para as empresas e colocaram em prática em 2010, uma redução dos impostos sobre as importações. Estes impostos irão diminuir gradualmente até se tornarem nulos em 2018, de acordo com as recomendações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Cabo Verde é muito favorável ao governo electrónico e diversifica a sua produção de energia, em favor das fontes de energia renováveis, a fim de reduzir sua dependência do petróleo.



Embora o país tenha feito progressos em termos de expansão de estradas e portos, de transporte e distribuição de electricidade, o principal obstáculo para o desenvolvimento da sua economia é a má qualidade das infra-estruturas de uma ilha para outra e, em cada ilha.

O contexto político e social do país continua a ser favorável. Cabo Verde tem atingido um grande número de Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM): a percentagem de pobres foi quase reduzida a metade entre 1990 e 2007. Os esforços para desenvolver planos coordenados para a educação, emprego e formação profissional têm como objectivo fazer corresponder as competências criadas aos postos de trabalho disponíveis e, assim, reduzir o desemprego, que é de cerca de 17.8%. Entre os jovens, o desemprego atingiu a taxa inquietante de 31%.

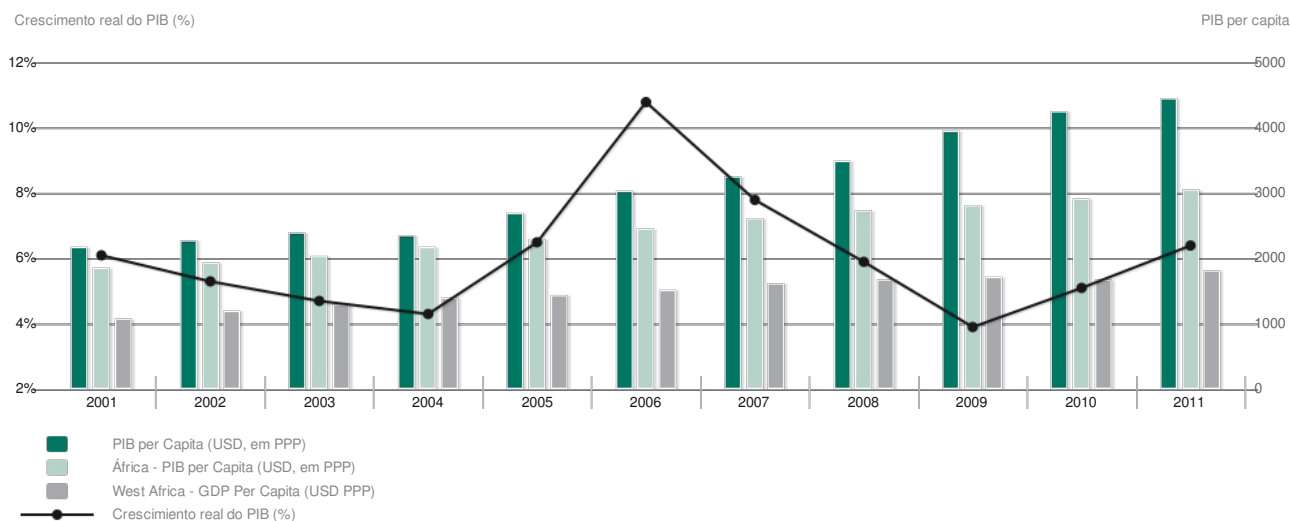
Tabela 1: Indicadores macroeconómicos

	2008	2009	2010	2011
Crescimento real do PIB	5.9	3.9	5.1	6.4
Inflação medida pelo IPC	6.8	2.2	2.5	2.7
Saldo Orçamental % PIB	-1.1	-6.0	-9.5	-9.3
Balança Corrente % PIB	-11.7	-12.0	-10.2	-11.0

Fonte: Dados do FMI e das autoridades locais; estimativas (e) e as projecções (p) com base em cálculos dos autores. Dados para 2009 são estimativas; para 2010 e 2011 são projecções

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/856552166642>

Figura 1: Crescimento do PIB Real e do PIB Per Capita (USD/PPA a preços atuais)



Fonte: Dados do FMI e das autoridades locais; estimativas (e) e as projecções (p) com base em cálculos dos autores. Dados para 2009 são estimativas; para 2010 e 2011 são projecções

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/851084585500>



Guiné-Bissau

O crescimento económico da Guiné-Bissau desceu para 2.9% em 2009, contra 3.3% em 2008, devido à instabilidade política interna e conseqüente atraso dos desembolsos da ajuda pública ao desenvolvimento. A médio-prazo é esperado um aumento do crescimento, embora o principal risco resida num eventual retorno da instabilidade política.

Para catalisar o crescimento, o país deve implementar reformas estruturais drásticas na administração pública (em particular, no sector da segurança e da defesa), investir na agricultura, nas infra-estruturas e no fornecimento de energia, melhorar o ambiente de negócios e começar a explorar o seu potencial mineral. No entanto, tudo isto não será possível sem a normalização da situação política e um forte apoio dos doadores.

A capacidade da Guiné-Bissau para mobilizar recursos é severamente prejudicada pela instabilidade política e pela baixa capacidade da administração fiscal. Os pequenos progressos alcançados durante os tempos de paz foram praticamente anulados durante os tempos de conflito. Como resultado, durante a última década, as receitas da Guiné-Bissau registaram uma forte queda.

Crescimento na Guiné-Bissau registou um abrandamento para 2.9% em 2009 (contra 3.3% em 2008), prejudicado pela instabilidade política interna, que provocou um atraso nos desembolsos da ajuda pública ao desenvolvimento. A actividade económica não tinha sido ainda influenciada por uma colheita excepcional de castanha de caju. Escassamente integrado na economia global, o país não tem realmente sofrido directamente com crise económica e financeira, embora a crise tenha prejudicado as receitas públicas, as exportações e as remessas dos trabalhadores emigrantes. O crescimento deve atingir 3.4 e 4.0%, respectivamente, em 2010 e 2011, graças ao aumento da produção agrícola e do apoio dos doadores. O principal risco reside num possível ressurgimento da instabilidade política. A médio prazo, a inflação deverá aumentar novamente (após uma taxa negativa em 2009), mantendo-se dentro do limite de 3% fixado pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO).

Ainda um dos países mais pobres do mundo a Guiné-Bissau foi um dos focos da luta de libertação das colónias portuguesas em África, de 1961 a 1973. Após a independência, o país encontrou uma administração não-estruturada e não-qualificada, infra-estruturas desorganizadas e uma situação política extremamente instável. Todos estes factores explicam o seu fraco desempenho económico. O país é fortemente dependente da agricultura e do apoio, errático, dos doadores. Porque os recursos internos se reduzem às receitas de exportação, o país não é economicamente viável.

A normalização das relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em Janeiro de 2008, ajudou a desbloquear uma *assistência de emergência pós conflito* (AEPC) em apoio ao programa económico do país para os anos 2008 e 2009. Uma *facilidade alargada de crédito* (FAC) completou esta assistência no início de 2010. As reformas fiscais e administrativas aumentaram as receitas fiscais e ajudaram a limitar as despesas com os recursos disponíveis. A recuperação de um orçamento equilibrado deve continuar no médio-prazo.

As exportações excepcionais não foram, contudo, suficientes para compensar o aumento das importações e o declínio das remessas dos trabalhadores emigrantes e da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) – de que resultou um agravamento do défice da balança corrente.

O relançamento passa por reformas profundas na administração (sobretudo na segurança e na defesa), pelo investimento na agricultura, nas infra-estruturas e energia, pela melhoria do ambiente empresarial e pela exploração do potencial mineral. Mas para isso, o país deverá recuperar a sua estabilidade política e beneficiar de um forte apoio dos doadores.

A transição pacífica e as eleições que se seguiram ao assassinato do presidente João Bernardo Vieira, em Março de 2009, são sinais encorajadores de normalização política e do retorno da segurança. Para assegurar a retoma económica, o novo governo deve enfrentar três desafios: manter a estabilidade, implementar as necessárias reformas e reforçar a luta contra o narcotráfico.



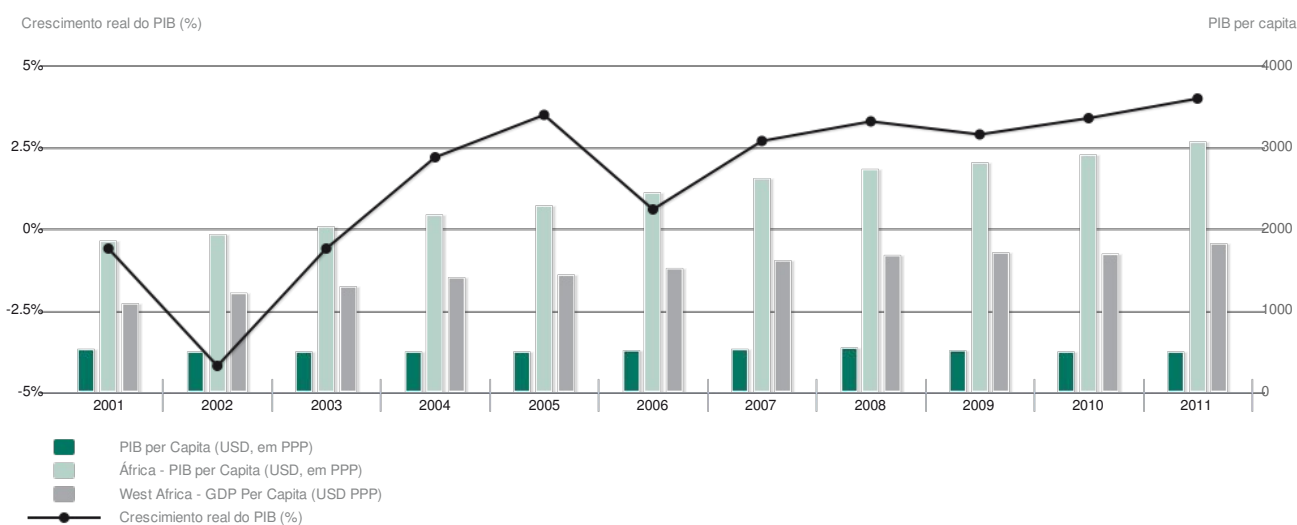
Tabela 1: Indicadores macroeconómicos

	2008	2009	2010	2011
Crescimento real do PIB	3.3	2.9	3.4	4.0
Inflação medida pelo IPC	10.4	-1.5	2.5	2.3
Saldo Orçamental % PIB	-7.0	1.7	-0.7	-0.4
Balança Corrente % PIB	1.8	-2.2	-2.4	-3.1

Fonte: Dados do FMI e das autoridades nacionais; estimativas (e) e as projecções (p) com base em cálculos dos autores. Dados para 2009 são estimativas; para 2010 e 2011 são projecções

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/858787440043>

Figura 1: Crescimento do PIB Real e do PIB Per Capita (USD/PPA a preços atuais)



Fonte: Dados do FMI e das autoridades nacionais; estimativas (e) e as projecções (p) com base em cálculos dos autores. Dados para 2009 são estimativas; para 2010 e 2011 são projecções

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/852223351178>



Moçambique

Moçambique resistiu relativamente bem à crise financeira global; em 2009 registou um crescimento sólido, se bem que em baixa, fruto de uma política governamental de apoios que permitiu superar a descida dos preços das matérias-primas exportadas e a queda do IDE e das remessas dos emigrantes.

A taxa de pobreza continua alta, pois ainda não se registam efeitos redistributivos ou benefícios fiscais associados aos importantes projectos de exploração mineira, que são, em grande medida, responsáveis pelo crescimento económico.

Embora o orçamento dependa fortemente da ajuda dos doadores, uma alteração ao actual regime de benefícios fiscais concedidos aos grandes projectos de extracção mineira poderia dinamizar as finanças públicas.

Moçambique enfrentou relativamente bem a crise financeira global, mantendo um crescimento forte – se bem que menor do que em 2008 – e a inflação controlada. A limitada exposição do sistema bancário do país aos mercados financeiros internacionais minimizou o impacto directo da crise global. As medidas de apoio governamental, como o subsídio a combustíveis, ajudaram à manutenção do crescimento, bem como ao crescimento da produção agrícola.

O crescimento do PIB caiu para os 5.4% em 2009 (6.8% em 2008), um resultado superior ao antecipado pelo FMI, que apontou para 4.5%, mas abaixo da meta governamental de 6.7%. O crescimento continua essencialmente a basear-se no investimento externo em grandes projectos de exploração de recursos minerais e nos serviços, enquanto o sector agro-industrial, a energia e a construção beneficiam de uma forte ajuda dos doadores. Espera-se que o crescimento suba para 5.8% em 2010 e 6.1% em 2011 – um crescimento forte mas ainda abaixo da tendência, fruto do impacto da crise financeira global nas exportações e nos preços das mercadorias, da quebra das remessas dos emigrantes, especialmente as provenientes de emigrantes trabalhadores nas minas da África do Sul e da redução do IDE.

A estrutura da economia alterou-se radicalmente nos últimos anos, reflectindo o impacto dos mega-projectos, de iniciativa estrangeira, no sector mineiro. Estes projectos têm sido positivos para o crescimento global de Moçambique, mas não deixam de conter o risco de uma fragmentação da economia: aumentam a dependência do país em relação a recursos externos, com o conseqüente crescimento da sua vulnerabilidade, ao mesmo tempo que não foi ainda possível estabelecer laços efectivos com o restante sector privado, nem fazer com que contribuam para a redução da pobreza. Para além disso, estes projectos ainda não contribuem de forma significativa para as receitas orçamentais, limitando as finanças públicas e acabando por concentrar o esforço fiscal nas empresas nacionais.

Apesar destas limitações, Moçambique subiu 5 lugares no relatório Doing Business 2010, do Banco Mundial, graças às significativas reformas desenvolvidas nos últimos anos. Porém, a rigidez das leis laborais e o código de uso da terra, impõe ainda grandes constrangimentos.

Um dos principais desafios que o governo enfrenta é o reforço da sua política fiscal, que continua muito restrita devido a uma fraca capacidade de cobrança de receitas, à forte pressão sobre a despesa pública e à grande dependência da ajuda externa. O governo levou a cabo reformas para alargar a base fiscal e melhorar a cobrança de direitos alfandegários. A médio prazo, a despesa pública continuará em alta, sobretudo em infra-estruturas e outros sectores prioritários, num total que chega aos 65% da despesa total. Outras iniciativas, através de uma aplicação bem sucedida do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) e de uma maior eficácia da recentemente criada autoridade da administração fiscal podem aumentar a capacidade de o país gerar receitas.

Apesar das rápidas taxas de crescimento do PIB registadas nos últimos 5 anos, Moçambique ainda é um dos países africanos mais pobres. A taxa de pobreza caiu dos 69.4%, em 1997, para os 54.1%, em 2003, e espera-se que em 2009 tenha alcançado os 45%. De uma forma geral, os indicadores de desenvolvimento melhoraram nos últimos anos, mas ainda continuam a existir desafios básicos, como a melhoria da qualidade dos serviços de educação e de saúde e a luta contra o HIV/SIDA.

Tabela 1: Indicadores macroeconómicos

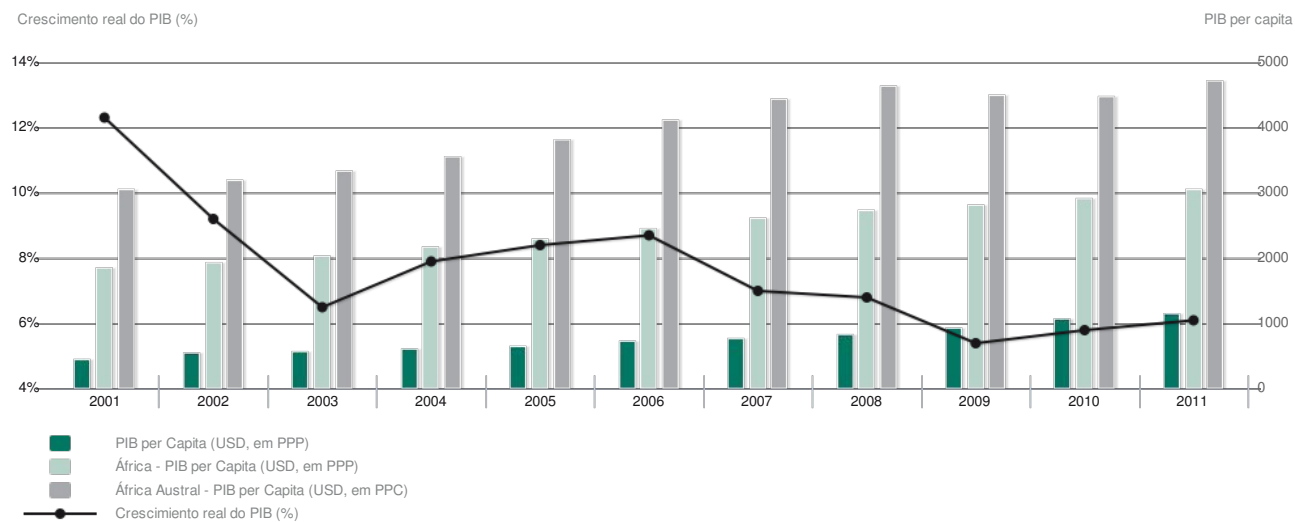
	2008	2009	2010	2011
Crescimento real do PIB	6.8	5.4	5.8	6.1
Inflação medida pelo IPC	10.3	3.4	9.2	4.4
Saldo Orçamental % PIB	-2.5	-5.7	-3.3	-2.2
Balança Corrente % PIB	-12.2	-14.2	-12.3	-9.5

Fonte: Dados baseados em estimações usando dados do Instituto Nacional de Estatística; estimativas (e) e as projecções (p) com base em cálculos dos autores. Dados para 2009 são estimativas; para 2010 e 2011 são projecções

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/861567712706>



Figura 1: Crescimento do PIB Real e do PIB Per Capita (USD/PPA a preços atuais)



Fonte: Dados do FMI e das autoridades locais; estimativas (e) e as projecções (p) com base em cálculos dos autores. Dados para 2009 são estimativas; para 2010 e 2011 são projecções

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/853333340276>



São Tomé e Príncipe

O ritmo de crescimento da economia afrouxou em 2009, com uma taxa de crescimento real do PIB estimada em 4.1%.

A estratégia de desenvolvimento do arquipélago centra-se no ecoturismo, no sector de transportes e na produção e pesquisa petrolíferas.

As receitas fiscais aumentaram regularmente nos últimos dez anos mercê da implementação de um conjunto de reformas fiscais.

A economia da República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) é a mais pequena das economias africanas. O seu produto interno bruto (PIB), para 2009, está estimado em 190 milhões de dólares (USD), equivalente a 1 160 USD por habitante. O ritmo de crescimento do PIB baixou para 4.1% em 2009 (estimativa), contra 5.8% em 2008. É esperado um aumento para 4.6% em 2010 e 5.1% em 2011 (previsão). Os sectores da construção e obras públicas e do comércio contribuíram para o aumento de actividade em 2009, compensando a queda do investimento directo estrangeiro (IDE) e do turismo provocada pela crise internacional. Os preços de importação do petróleo e dos produtos alimentares são largamente responsáveis pela inflação, bem como as importantes entradas de divisas decorrentes da ajuda externa e das actividades de pesquisa petrolífera. A taxa de inflação registou, no entanto, um recuo passando de 26.1% em 2008, para 17.3% em 2009. O objectivo é, a médio prazo, reduzir ainda mais a inflação.

A crise financeira mundial afectou o arquipélago indirectamente em virtude das escassas ligações ao sector financeiro internacional. Mas, apesar disso, o seu impacto reflectiu-se no arrefecimento do turismo, no decréscimo das entradas de IDE (o motor do crescimento num passado recente) e nos atrasos de desembolsos de donativos. Estes factores concorreram, por sua vez, para o decréscimo das receitas públicas, já prejudicadas pela baixa das taxas de impostos. Como consequência, a execução dos projectos de investimento público sofreu uma redução.

Em 2009, a baixa dos preços mundiais do petróleo e a queda brutal do IDE traduziram-se numa baixa das importações superior à verificada nas exportações, o que determinou a melhoria da balança comercial e, em consequência, da posição exterior do país.

O arquipélago deverá prosseguir os seus esforços de consolidação do orçamento, em 2010, a fim de reforçar a capacidade da administração fiscal, tendo em conta que a sua política monetária é determinada, a partir de 1 de Janeiro de 2010, pela necessidade de manter a paridade cambial com o euro (EUR). A liquidez excessiva introduzida no país através dos royalties petrolíferos e dos meios financeiros disponibilizados pelos parceiros para financiar a realização de eleições legislativas, em 2010, combinados com a recuperação dos fluxos de IDE, colocam grande pressão na manutenção da paridade e na contenção da inflação.

Em Maio de 2009, o primeiro-ministro Rafael Branco lançou "Novo Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional". Este plano tem em vista a evolução do país para uma economia baseada nos serviços, com o crescimento a assentar em dois pilares: a promoção de um ecoturismo de gama alta e a prestação de serviços no sector dos transportes, bem como as actividades de pesquisa e de produção petrolíferas no Golfo da Guiné. Esta visão inclui a futura criação de uma zona de comércio livre, de facilidades portuárias de transbordo, a promoção da pesca e a construção de um novo porto de águas profundas em Fernão Dias, no distrito de Lobata.

A materialização deste complexo e ambicioso conjunto de objectivos, cuja realização está dependente e dificultada pela escassez de recursos humanos e pela degradação das infra-estruturas, exigirá forte determinação e estabilidade políticas. O último acordo trienal estabelecido com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no âmbito da Facilidade para a Redução da Pobreza e para o Crescimento (FRPC), abrangendo o período que decorre de Março de 2009 a Dezembro de 2011, pode contribuir para esse fim.

O programa de acção de médio prazo incidirá na melhoria das infra-estruturas básicas e dos equipamentos públicos, na promoção do turismo como motor do crescimento e no estímulo a produção interna de produtos alimentares a fim de atenuar a dependência da importação de alimentos e, ao mesmo tempo, na expansão da base produtiva e na diversificação de fontes de rendimento em paralelo com o crescimento do sector não-petrolífero. Para além disso, é necessário continuar os esforços de estabilização macroeconómica a fim de o país garantir o apoio futuro da comunidade internacional.

Segundo o inquérito sobre a pobreza levado a cabo pelo Governo, em 2001, cerca de 54% da população total (150 000 habitantes) são pobres e 15% vivem em pobreza extrema. Os indicadores sociais são fracos e melhoram muito lentamente, especialmente nas áreas rurais. Os rendimentos são baixos e o país ocupa a 131ª posição, entre 177 países, no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. O Governo mantém-se em actividade, com estabilidade, desde o Golpe de Estado falhado de Fevereiro de 2009, pondo fim a um período de grande instabilidade política. Previstas para o verão de 2009, as eleições regionais e autárquicas foram adiadas por falta de financiamento e espera-se que decorram em simultâneo com as eleições legislativas em meados de 2010.



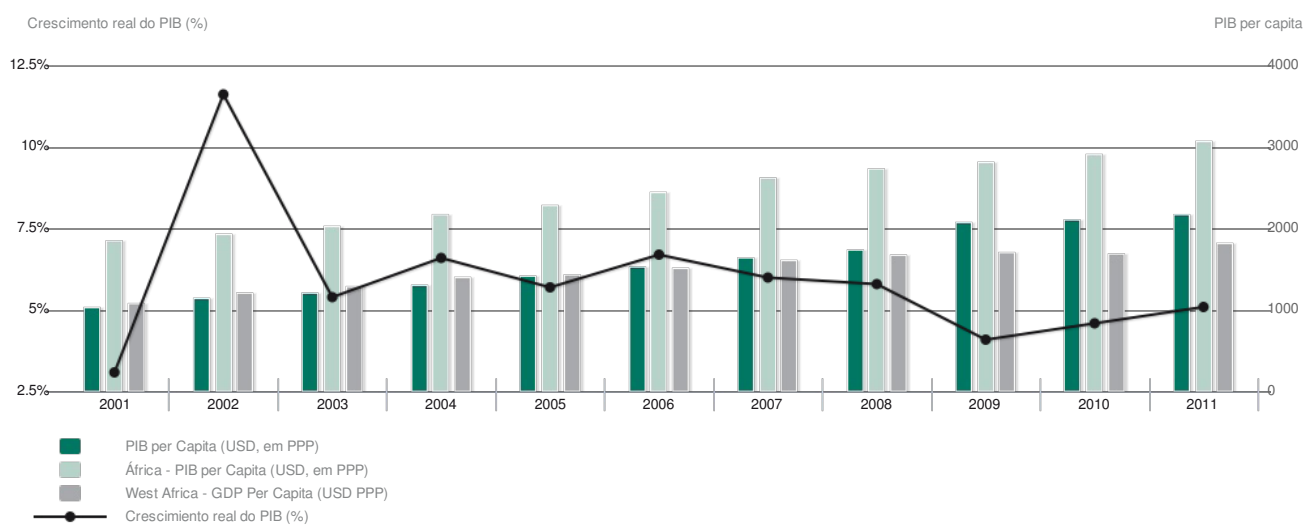
Tabela 1: Indicadores macroeconómicos

	2008	2009	2010	2011
Crescimento real do PIB	5.8	4.1	4.6	5.1
Inflação medida pelo IPC	26.1	17.3	10.3	9.4
Saldo Orçamental % PIB	17.5	36.2	5.5	1.6
Balança Corrente % PIB	-29.0	-24.4	-26.0	-26.6

Fonte: Dados do FMI, estimativas (e) e as projecções (p) com base em cálculos dos autores.
 Dados para 2009 são estimativas; para 2010 e 2011 são projecções

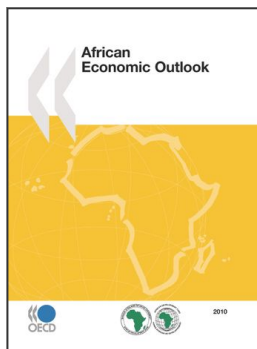
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/862730432172>

Figura 1: Crescimento do PIB Real e do PIB Per Capita (USD/PPA a preços atuais)



Fonte: Dados do FMI, estimativas (e) e as projecções (p) com base em cálculos dos autores.
 Dados para 2009 são estimativas; para 2010 e 2011 são projecções

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/853856723200>



From:
African Economic Outlook 2010

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2010-en>

Please cite this chapter as:

OECD/African Development Bank/United Nations Economic Commission for Africa (2010), “Estudios de países”, in *African Economic Outlook 2010*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264086982-11-pt>

This document, as well as any data and map included herein, are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area. Extracts from publications may be subject to additional disclaimers, which are set out in the complete version of the publication, available at the link provided.

The use of this work, whether digital or print, is governed by the Terms and Conditions to be found at <http://www.oecd.org/termsandconditions>.